



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO
SALVADOR

**FAMÍLIA E GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: arranjos e
rearranjos nas relações familiares**

Artigo de pesquisa apresentado como requisito de
Estágio Pós-doutoral, no Programa de Pós-
Graduação em Família na Sociedade
Contemporânea, da Universidade Católica de
Salvador – UCSAL.

Pós-Doutoranda: Vânia Marquez Saraiva

Supervisora: Dra. Livia Alessandra Fialho da Costa

BRASÍLIA

2024

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica. UCSal. Biblioteca Dom Geraldo Majella Agnelo

S243 Saraiva, Vânia Marquez

Família e gravidez na adolescência: arranjos e rearranjos nas relações familiares/ Vânia Marquez Saraiva. – Salvador, 2024.
33f.

Supervisora: Profa. Dra. Livia Alessandra Fialho da Costa.

Relatório Final (Pós-Doutorado) – Universidade Católica do Salvador.
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Pós-Doutorado em Família na
Sociedade Contemporânea.

1. Gravidez 2. Adolescência 3. Organização Familiar I. Costa, Livia
Alessandra Fialho da – Supervisora II. Universidade Católica do Salvador. Pró-
Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação III. Título.

CDU: 316.356.2:618.2-053.6

RESUMO

O Brasil é o quarto país com a maior taxa de gravidez na adolescência, cujo impacto na vida da adolescente e da família é plural. Este artigo visa analisar as consequências e os impactos da gravidez na adolescência de adolescentes de baixa renda, olhando para a família, a adolescência, fatores de saúde e sociais. Quais as causas e consequências dessa gravidez? Usando uma metodologia exploratória da literatura existente, este artigo compreende como a gravidez afeta a família da adolescente que engravida, as consequências pessoais e sociais dessa gravidez e os impactos na saúde das adolescentes grávidas. Este artigo contribui para literatura com um olhar focado para o impacto da gravidez na adolescência na família de baixa renda.

PALAVRAS CHAVE: Gravidez, adolescência, organização familiar.

ABSTRACT

Brazil is the fourth country with the highest rate of teenage pregnancy, whose impact on the life of the teenager and her Family is plural. This article aims to analyze the consequences and impacts of teenage pregnancy among low-income adolescents, looking at Family, adolescence, health and social factors. What are the causes and consequences of this pregnancy? Using exploratory methodology of existing literature, this article understands how pregnancy affects the Family of the teenager who becomes pregnant, the personal and social consequences of this pregnancy and the impacts on the health of pregnant teenagers. This article contributes to the literature with a focused look at the impact of teenage pregnancy on low-income families.

KEYWORDS: Pregnancy, adolescence, family organization.

SUMÁRIO

I	-	INTRODUÇÃO	6
II	-	FAMÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE	10
III	-	ADOLESCÊNCIA E GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA	14
IV	-	GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E CONSEQUÊNCIAS	20
V	-	CONCLUSÃO	24
VI	-	BIBLIOGRAFIA	26

I - Introdução

A gravidez por si só é um processo que tem o potencial de mudar a vida da pessoa grávida e de seu núcleo familiar. Quando ocorre na adolescência, seu impacto pode ser negativo porque afeta o desenvolvimento pessoal, profissional, e impacta a vida de toda a família envolvida nessa gravidez (UNFPA/2023). O impacto na família de uma gravidez na adolescência é muito grave, pois pode ter consequências de saúde, porque não são orientadas pelas suas famílias, podendo haver mortandade, má formação do bebê, bem como traz uma incapacitação profissional por pararem de estudar para criar seus bebês, ainda, traz mais despesas e preocupações não só para a adolescente como para o novo ser, em famílias de baixa renda (UNFPA/2023).

O índice de gravidez precoce é considerado alto no Brasil, pois é o quarto país com as maiores taxas de gravidez na adolescência (14%), ficando atrás de países como o Paraguai (15%) e Equador e Colômbia, ambos com (18%), segundo o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA/2023). A taxa nacional é de 68 nascimentos para cada mil adolescentes entre 15 e 19 anos. Estima-se que mais de 400 mil adolescentes se tornam mães por ano no Brasil, ou seja 50% a mais do que a média mundial, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS). Com base no relatório da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS/2022) a gravidez na adolescência continua a ser um dos principais fatores que contribuem para a mortalidade materna e infantil e para o ciclo de doenças e pobreza.

Outro fator fundamental é que além dos números deve-se considerar os determinantes sociais associados, pois em 2021, o Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC/2022) também mostrou que 73% das mães adolescentes no Brasil eram negras, destacando a desigualdade racial, e há elevada dependência financeira da família e menor chance de qualificação profissional para essas meninas, com reflexos na inserção posterior no mercado de trabalho e na impossibilidade de estabelecer uma família com plena autonomia, autogestão e projeto de futuro.

As adolescentes com menos condições socioeconômicas são as que mais vão sofrer com os impactos de uma gravidez, e acabam por reproduzir as desigualdades sociais de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU/2022).

A imaturidade biológica e as condições socioeconômicas desfavoráveis, são fatores que influenciam em maiores taxas de mortalidade infantil entre filhos de mães mais jovens (até 19 anos), correspondendo a 15,3 óbitos para cada mil nascidos vivos (acima da taxa nacional, de 13,4 óbitos), segundo levantamentos do SINASC.

Outros riscos para a mãe adolescente e para o filho recém-nascido são a vulnerabilidade social, pobreza, situações de risco (migração, situação de rua, refugiados) e falta de suporte familiar, ou quando a mãe adolescente abandonou ou foi excluída da escola, interrompendo a sua educação e dificultando a sua inserção no mercado de trabalho, daí o objetivo desse artigo é discutir os impactos que uma gravidez na adolescência tem nas famílias de baixa renda (UNFPA/2023).

Embora a educação empodere as meninas com conhecimento sobre seus corpos e direitos, a responsabilidade de prevenir uma gravidez não planejada ou doenças sexualmente transmissíveis, também são de responsabilidade das comunidades, pois há uma aceitação implícita de que as meninas e mulheres têm mais a oferecer do que, exclusivamente, reprodução e maternidade, sendo assim um vetor e reflexo para a superação das desigualdades e estereótipos de gênero (UNFPA/2023).

Desde o ano de 1978 é feito um Relatório sobre a Situação da População Mundial e é publicado anualmente, pela Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). Em 2022, o relatório, divulgado em 16 de setembro de 2022, abordou sobre a crise invisível de gravidez não intencional, e chamou a atenção da comunidade internacional, especialmente dos governos, para dar visibilidade à situação, para além de estereótipos, preconceito ou discussões relacionadas à moral. A gravidez não intencional é uma questão humanitária, de saúde, de direitos humanos e de desenvolvimento.

Gravidez na adolescência representa a maioria das gestações em países em desenvolvimento. No Brasil, a taxa de gestantes com menos de 17 anos é de 57% conforme dados de relatório do (UNFPA, 2022), divulgado em 16 de setembro de 2022. Estes índices demonstram que algumas etapas de vida feminina, como adolescência ainda preocupam, vez que há necessidade de apresentar todos os métodos disponíveis de contracepção, incluindo dispositivos intrauterinos (DIUs) e implantes, e que as formas mais populares de contracepção de preservativos e o coito interrompido, seguido de

pílulas, não estão sendo eficazes.

A falta de conhecimento, aconselhamento inadequado, tabus socioculturais, restrições legais e atitudes moralistas quanto a sexualidade é comum ainda hoje na adolescência das mulheres. Também há dificuldades no acesso e na aceitabilidade pela adolescente de outros métodos, por falta de aconselhamento de outros métodos contraceptivos visaria uma melhora na redução da possibilidade de gestações não planejadas e doenças sexualmente transmissíveis.

Estudos comprovam (SILVA et. al, 2003; SAITO, MANFRÉ et. al, 2000; MANFRÉ, 2010; dentre outros) que, além dos prejuízos sociais, a gravidez na adolescência aumenta incidência de hipertensão, as tentativas de abortamento, a desnutrição, os casos de violência obstétrica e as chances de os bebês nascerem prematuros e com baixo peso. Para mudar esse quadro, é preciso entender que as jovens têm direitos sexuais e reprodutivos que precisam ser respeitados, além de ter a chance de decidir quando e com quem querem ter relações e como e quando querem ter filhos. Machado (2017), presidente da Associação Brasileira de Antropologia em entrevista manifestou na audiência pública promovida pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher realizada em 12 de dezembro de 2017 que: “ainda é muito comum no Brasil os meninos terem liberdade para exercer sua sexualidade, enquanto as meninas são reprimidas pelos pais”.

Machado (2017) ainda afirmou que “a sexualidade feminina obedece a valores tradicionais e morais em nome da honra das famílias”. Esses valores familiares, segundo ela, complicam ainda mais a situação das meninas grávidas.

Um olhar crítico sobre a situação de gravidez e a maternidade na adolescência rompem com a trajetória apontada como ideal e natural e emergem socialmente como problema e risco a serem evitados. Destacam-se dentre as causas da gravidez precoce as condições socioeconômicas das adolescentes, a falta de informação sobre o próprio corpo e sobre os métodos contraceptivos, além da dificuldade de acesso aos serviços de saúde pública. Ainda, a situação revela que a violência sexual, a prostituição e até mesmo o desejo de se tornar mãe e de constituir família contribuem para aumentar o número de adolescentes grávidas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007).

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgados em 2017 revelaram que na América Latina e no Caribe, a taxa de gravidez entre adolescentes é a segunda mais alta do mundo, superada apenas pela média da África Subsaariana. Tendo em vista estes números o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) brasileiro atendendo a Lei n. 13.798/2019, instituiu Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. A semana é realizada todo dia 1º de fevereiro, no intuito de criar uma série de ações de conscientização, com o fim de fomentar as discussões sobre o tema. A campanha “Tudo tem seu tempo: Adolescência primeiro, gravidez depois”, foi lançada no dia 03 de fevereiro de 2020 pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), em parceria com o Ministério da Saúde (MS) abordou a prevenção da gravidez precoce.

No contexto da gravidez na adolescência, as famílias necessitam transformar a vida familiar, não somente em sua estrutura, mas também novos papéis são adquiridos e desempenhados pelos membros da família diante da passagem para uma nova fase no ciclo vital (BRÁS & PEREIRA, 2011; DIAS & TEIXEIRA, 2010).

A adolescente que engravida, além de exercer o papel de filha, passa a exercer o papel de mãe, e ressignifica, nesse processo, a sua relação com a própria mãe (DAADORIAN, 2002). A posição da adolescente gestante, no contexto familiar, é redimensionada, na medida em que ela precisa desenvolver habilidade e assumir responsabilidades relacionadas ao cuidado do bebê e de si mesma.

No Brasil nos últimos anos ocorreu um dismantelamento político quanto a prevenção e orientação sexual através da educação, por causa do tipo de política pública da bancada evangélica e de outras bancadas que remetem ao conservadorismo, e por isto este trabalho se justifica, pois, em pleno século XXI, ainda há uma tendência contra as campanhas e políticas de prevenção de uma gestação não planejada (MENEZES, FERRAZ, 2023).

O tema é relevante e não se esgota, pois além dos riscos físicos da adolescente associados a pouca idade, a gravidez ou doenças transmissíveis desencadeiam problemas de ordem emocional como medo, insegurança, solidão, o risco de aborto provocado, e prejuízos sociais e psicológicos, bem como traz para família rearranjos.

II - FAMÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE

O Brasil é um país marcado por profundas desigualdades sociais, e no que se refere às classes menos favorecidas economicamente, a organização familiar está presa numa perspectiva que vincula a pobreza à ideia de família irregular. Face suas características, contextos e arranjos múltiplos, e as dificuldades de ordem econômica ocorrem problemas na manutenção dos vínculos familiares, daí a ideia de família ser considerada irregular (NEDER, 2002).

Existem algumas correntes que tendem a conceituar pobreza com base nos insumos necessários para aquisição das mercadorias básicas para a sobrevivência e que qualificam a condição de pobreza relativa, relacionando-a ao padrão de vida geral predominantes (ROCHA, 2003; SOUZA, 2004; MONTEIRO, 2003). Por outro lado, outros estudos sobre pobreza, focalizam as relações interpessoais e os modos de vida dos pobres, deixando em segundo plano os determinantes econômicos, diante das consequências das relações familiares (SARTI, 2005; FONSECA, 2005).

A pobreza em geral é uma condição que afeta a família, pois a pessoa pobre vive com privação de capacidades básicas, (PETRINI, ALCANTÁRA, MOREIRA, REIS & DIAS, 2012).

Nesse sentido Sarti (2005) ressalta algumas características das famílias pobres como configuração em rede (em oposição a um núcleo familiar), a qual proporciona os recursos materiais e afetivos necessários aos seus membros; divisão complementar e hierárquica de autoridades entre o homem e a mulher, sendo esta responsável pela casa e pela manutenção da unidade do grupo familiar, e aquele, o chefe da família, como autoridade moral e mediador da família com o mundo externo; manutenção estreita com a família de origem mesmo após o casamento, devido à instabilidade das uniões conjugais nos segmentos menos privilegiados da população e, finalmente interrupções frequentes no ciclo da vida familiar, desencadeando rearranjos que incluem a rede de parentesco como alternativa para garantir a existência da família.

Ainda sustenta Sarti (2005) que, diante de tantas dificuldades e desamparo, a concepção de família entre os pobres se dá em torno de um eixo moral, no qual a noção de ‘obrigação’ é central no estabelecimento de relações e pertinência no grupo familiar,

sobrepondo-se aos laços sanguíneos.

Para Sarti

...em toda a sociedade brasileira, a família é um valor alto, entre os pobres sua importância é central, e não apenas como rede de apoio ou ajuda mútua, diante de sua experiência de desamparo social. A família, para eles, vai além, constitui-se em uma referência simbólica fundamental, que organiza e ordena sua percepção do mundo social, dentro e fora do mundo familiar. (2005, p. 44)

A discussão sobre a relação entre família e as condições materiais de vida acima é para que se possa compreender com mais clareza as organizações familiares construídas nas condições de pobreza, ou seja, de dedicação intensiva à luta pela sobrevivência, e introduzir uma análise dos efeitos da pobreza na família nos aspectos de gravidez na adolescência e suas consequências e impactos nessas famílias de baixa renda.

No Brasil a família sofreu grande mudança em seu perfil, e estas mudanças estão associadas ao declínio do patriarcalismo que por sua vez acentuou-se o movimento feminista, tendo como marco inicial a década de 1960, cujas consequências começaram a sinalizar na legislação sobre família, especialmente a Lei n. 4.121/1962, denominado Estatuto da Mulher Casada (DIAS, 2009)¹.

As mulheres passaram a reivindicar um lugar de sujeito, não mais subordinadas ao pai ou ao marido e assumiram a condição de sujeito do próprio desejo, o que afetou a estrutura e a organização da família, inclusive, no início dos anos 1960, com o lançamento da pílula anticoncepcional, as mulheres passaram a decidir quando e quantos filhos gerar (DIAS, 2009).

Diversos aspectos de inovações tecnológicos e culturais aceleraram o processo de transformação social e comportamental das pessoas, pois a liberdade sexual

¹ Foi o Estatuto da Mulher Casada que devolveu a plena capacidade à mulher, que então passou à condição de colaboradora na administração da sociedade conjugal mesmo tendo sido deixado para a mulher a guarda dos filhos menores, sua posição ainda era de subalterna, esclarece Maria Berenice Dias. Mas, foi dispensada a necessidade de prévia autorização marital para o trabalho e fora instituído os chamados bens reservados que se formam através do patrimônio adquirido pela esposa e produto direto de seu trabalho. Tais bens protegidos não responderiam mais pelas dívidas do marido, ainda que presumivelmente contraídas em benefício da família.

ao lado da emancipação financeira das mulheres, trouxeram uma independência da mulher em relação ao homem (DIAS, 2009).

A família deixou de ser singular e, atualmente é plural, conforme a Constituição Federal Brasileira de 1988, como está expresso em seu artigo 226².

Novas configuração familiares surgiram na sociedade do século XXI, como exemplos, a legalização do casamento e adoção dos casais homossexual. Ainda, pais que são divorciados e criam seus filhos sozinhos, bem como mulheres que optam pela maternidade independente, o aumento de adolescentes grávidas, e a redução de número de filhos por casal. Essas configurações originaram novos conceitos de família, como a família homossexual, onde existe relação entre duas pessoas de mesmo sexo. Há também famílias comunitárias, onde homens e mulheres coabitam a mesma casa ligados por um mesmo ideal ou pensamento. Acrescenta-se a família adotiva, em que casais passam a ter seus filhos através da adoção ou criando filhos oriundos de outros casamentos. Existe a família de união livre, onde por opção a família escolhe não se legalizar pelo casamento religioso ou civil. Também há a família grávida, onde um membro engravida sem contar as condições sociais, entre várias outras. No entender de Boza, Ferreira e Barboza (2010) a constituição familiar que mais tem crescido nos últimos tempos é a família nuclear conjugal, onde homem e mulher dividem os mesmos papéis.

A partir de dados demográficos divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022, a família tradicional brasileira atualmente é constituída de uma mãe solteira e 02 (dois) filhos, modificando assim a configuração da família tradicional.

No entender de Pinto

² Os tipos de entidades familiares explicitados nos parágrafos do art. 226 da Constituição são meramente exemplificativos, sem embargo de serem os mais comuns, por isso mesmo merecendo referência expressa. As demais entidades familiares são tipos implícitos incluídos no âmbito de abrangência do conceito amplo e indeterminado de família, indicado no *caput*. Como todo conceito indeterminado, depende de concretização dos tipos, na experiência da vida, conduzindo à tipicidade aberta, dotada de ductilidade e adaptabilidade. (LÔBO, 2011, p. 83).

a pobreza, como fator condicionador das possibilidades de vida, determina as formas de organização social, incluindo-se nessa trama a própria organização da família. É, portanto, compreensível a existência de estruturas familiares, no meio social de menor renda, diversas das estruturas propostas pela ideologia dominante, que se formaram através de condições econômicas díspares das encontradas na realidade vivenciada pela pobre. (2005, p. 01)

Vários estudos feitos sobre os arranjos e rearranjos nas famílias de renda baixo, concluem que o perfil das famílias de baixa renda possui múltiplos arranjos familiares, desde a família nuclear, à monoparental, ausência na família da figura do pai, de outras variações (PETRINI et. al., 2012).

III- ADOLESCÊNCIA E GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Na adolescência os jovens entram numa fase em que é difícil a convivência familiar, pois os amigos é que passam a ser importantes, suas próprias ideias e maneira de agir, passando a criticar tudo e todos que não fazem parte das próprias convicções, deixando de abrir espaço para o diálogo fundamental para a convivência familiar (FORTE, 1996). O Autor ainda conclui

Em nossa sociedade, no geral, adolescência se caracteriza por uma condição que não é mais a de criança, mas nem deve ser ainda a do adulto. É a condição de adolescente selada pela provisoriedade (FORTE, 1996, p. 159).

Na adolescência ocorre a puberdade e o início da atividade sexual. A família e a escola possuem um papel de resguardar o adolescente da gravidez precoce e do contágio de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). A influência do meio em que os adolescentes se desenvolvem, associada às características de imaturidade emocional, impulsividade e comportamento desafiador, podem resultar no engajamento de comportamentos considerados de risco, como por exemplo, a iniciação sexual precoce e a ausência de proteção durante o ato sexual (PRATTA, SANTOS, 2007).

Ainda, há a questão da vulnerabilidade que não se limita apenas ao indivíduo ou seu estilo de vida, devendo-se considerar as condições que lhe são oferecidas tanto familiares, como educacionais, sociais e culturais. Neste sentido, no entender de Paula et. al

há uma ânsia de experimentação, uma pressa desenfreada pela vida e de viver sem medo e esta tendência pode tornar o adolescente vulnerável a diversos acontecimentos, dentre estes destacamos as relações sexuais que são cada vez mais precoces e sem uso de preservativos, causando o aumento das doenças sexualmente transmissíveis, gravidez, aborto, maternidade e paternidade. (2011, p.11)

Para Zagury (1999), tudo na vida tem o seu tempo, e uma norma a ser seguida, os adolescentes diante de tantas novidades, desejam experimentar o máximo possível, e exercem a sexualidade, muitas vezes precocemente, gerando várias

consequências. Por isso, o mundo vem assistindo a uma crescente onda de adolescentes que dão à luz numa época em que poderiam estar desenvolvendo projetos de acordo com a idade em que se encontram. Ainda, para a autora, os períodos da adolescência são próprios para viver a liberdade e idealizar sonhos antes de entrar na vida adulta.

O período da adolescência é uma fase do desenvolvimento no qual o sujeito encontra-se numa posição transitória entre a infância e a vida adulta. Neste processo, conflitos podem se manifestar enquanto busca pela identidade, busca pela sexualidade que quase sempre resulta em uma gravidez na adolescência causando assim, preocupação aos pais, profissionais e comunidade em que vivem esses jovens.

Para Maldonado (2002) as ideias das adolescentes sobre sexualidade estão mais ligadas ao sexo como físico genital; desconhecem o próprio corpo e os processos que envolvem afetividade e emoção. Constroem os conceitos a partir da autodescoberta, por meio de seus parceiros ou ainda da mídia e da precária informação recebida na escola e na família.

Maldonado (2002) ainda entende que é muito complexa a aprendizagem envolvendo a sexualidade, uma vez que crianças e adolescentes precisam aprender os limites da liberdade sexual, as regras sociais, a responsabilidade pessoal e social, os padrões éticos, enfim saber o como e o sobre a sexualidade.

Dentro desse contexto de experimentação acaba ocorrendo uma gravidez não planejada na adolescência, que não implica apenas problemas individuais, mas afeta todo o contexto da vida adolescente, inclusive nas condições sociais, econômicas, culturais e religiosas em que cada família é constituída e pode representar um conflito (SILVA, LAMY, ROCHA, MENDONÇA e LIMA, 2014).

Segundo Joffily (2010), a gravidez entre adolescentes nem sempre é fato inconsequente ou desastroso, principalmente quando ocorre com adolescentes que tenha uma vida afetiva estável. Essas adolescentes encontram na gestação um impulso para alcançar sua autonomia, independência e liberdade, contrariando assim, o senso comum que julga a gravidez da adolescente como um sério problema social.

A gravidez na adolescência muitas vezes é confundida com a gravidez não

planejada, muitas dessas gestações podem ser classificadas como “pretendidas”, conforme descoberta feita pela pesquisa da Divisão de População das Nações Unidas (UN DESA, 2022), embora a capacidade das meninas de decidir quando e com quem ter filhos seja limitada. Em contrapartida, nem toda gravidez não planejada é indesejada, pois em alguns casos, as mulheres não planejam ativamente engravidar, mas podem reagir positivamente à gravidez e decidir que querem continuar (MOREAU et al., 2019).

Em pesquisa realizada pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), no ano de 2022, apontou que 96% da população adolescente do mundo (excluindo a China e países de alta renda), em desenvolvimento, quase uma em cada três mulheres jovens de 20 a 24 anos deu à luz na adolescência, definida como idades de 10 a 19 anos. Quase metade dessas mães adolescentes eram crianças (com 17 anos ou menos) – e geralmente passavam a ter partos adicionais ainda na infância.

Alguns dos fatores que contribuem para a ocorrência da gravidez na adolescência são: a) falta de acesso a métodos contraceptivos e falta de informação sobre sexualidade e sobre o próprio corpo; b) ausência dos pais e/ou vontade de contrariá-los; c) alternativa para sair de casa ou da escola; d) pensamento mágico de que a gravidez não vai acontecer; e) tentativa de prender o namorado; g) testar a feminilidade; h) carência afetiva; i) desejo de ser mãe (GAUDERER, 1996).

Também há de se chamar atenção para a questão do abandono paterno, já que há crianças no Brasil sem o nome do pai na certidão de nascimento, e no ano de 2023, dos 2,5 milhões de nascidos no Brasil, 172,2 mil deles têm pais ausentes – quantidade 5% maior do que o registrado em 2022, de 162,8 mil. Os dados são da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil) obtidos por meio do Portal da Transparência do Registro Civil³ que pode ser também uma das causas de gravidez na adolescência, conforme mencionado por Guaderer (1996).

Para Miura, Tardivo e Barrientos (2018) “...outros estudos mostraram que

³ Disponível em: https://arpenbrasil.org.br/press_releases/brasil-registra-menor-nivel-historico-de-criancas-sem-registro-de-nascimento/. Acesso em 01 jun. 2024.

ausência paterna afeta o desenvolvimento infantil; as crianças podem se sentir não amadas, desvalorizadas, culpadas e más pela ausência do pai”.

Nessa questão do abandono e/ou violência paterna Sanford (2018) aponta que as meninas que vivenciaram o abandono das figuras paternas muitas vezes escolhem relações amorosas parecidas com as experienciadas na sua infância, quando mulheres acabam depositando todas as frustrações vividas nos parceiros amorosos, e isso acontece porque inconscientemente o que desejam é preencher o vazio afetivo deixado pelos pais ausentes.

E, ainda há a ocorrência de violência sexual contra crianças e adolescentes, como se constatou em documento veiculado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em maio de 2023, no dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, sendo registrado mais de 17 mil violações sexuais contra crianças e adolescentes nos quatro primeiros meses de 2023. Foram registrados 69,3 mil denúncias e 397 mil violações de direitos humanos de crianças e adolescentes, das quais 9,5 mil denúncias e 17,5 mil violações envolvem violências sexuais físicas – abuso, estupro e exploração sexual – e psíquicas⁴. Nos dados divulgados em 2023, pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o total dos dados em relação a adolescentes entre 10 a 19 anos, registrou que nos casos de violência sexual dos 119.377 casos, 110.657 (92,7%) foram contra meninas, e 8.720 (7,3%) contra meninos.

Ainda, conforme pesquisa acima mencionada, foram notificados: 890.308 casos de estupro; 33.842 de assédio; e 2.503, de pornografia, sendo que os agressores de adolescentes eram majoritariamente homens, familiares e conhecidos. E o local de ocorrência mais comum é a residência.

Nos dados divulgados estão relatados que entre as principais causas do

⁴Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/disque-100-registra-mais-de-17-5-mil-violacoes-sexuais-contras-criancas-e-adolescentes-nos-quatro-primeiros-meses-de-2023#:~:text=J%C3%A1%20em%202021%2C%20houve%205,e%2030%20mil%20vi>. Acesso em 01 jul. 2024)

aumento de violência contra crianças e adolescentes estão a pobreza, a exclusão, a desigualdade social, a discriminação racial, de gênero e etnia. Ainda, a falta de conhecimento e informação também contribuem para a violação dos direitos de crianças e adolescentes.

A gravidez pode surgir tanto decorrente do imperativo biológico, isto é, do impulso na direção de sua capacidade reprodutiva (espécie) como do seu próprio desejo de ter um filho (indivíduo). Entretanto, alguns estudos (AGOSTINI, 1988; TIBA, 1992) indicaram que, embora muitas adolescentes possam, a princípio, encarar a gravidez como um meio de obter atenção e de se fazerem sentir “crescidas” e importantes, ao final sentem-se sós, desamparadas e “aborrecidas”. Algumas não superam o conflito que se estabelece quando recebem a notícia da gravidez, vivenciando a situação, frequentemente, como um “castigo”.

Para Dadoorian (2003)

...a função social feminina está relacionada à maternidade, ou seja, ser mulher para essas adolescentes equivale a ser mãe. O desejo de ter um filho é um rito de passagem, uma mudança substancial no status: de menina para mulher. Evidenciou-se que a vivência de situações de carência afetiva e relacional com a família pode também provocar o desejo na adolescente de ter um filho, em que este aparece como o objeto privilegiado capaz de reparar essa carência. (2003, p.90)

A gravidez não deve ser o resultado de uma violação da autonomia corporal, mas uma escolha afirmativa. É isso que as obrigações dos direitos humanos exigem e o que o bem-estar humano e social exige. As adolescentes podem entender melhor as causas da gravidez não planejada e as soluções mais alinhadas ao direito e às preferências individuais.

Algumas pesquisas realizadas em adolescentes brasileiros, detectou-se que os fatos associados à gravidez durante a adolescência tenderiam a ocorrer em locais com maior pobreza, embora interligada com outras variáveis (DINIZ e KOLLER, 2012).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), quanto maior for a desigualdade social, mais presente estará a gravidez na adolescência, e as maiores taxas de gravidez na adolescência estão entre jovens de 10 a 19 anos mais pobres e com menor escolaridade. As meninas com menores condições socioeconômicas têm cinco vezes mais chances de engravidar do que as adolescentes

mais abastadas.

A gravidez precoce muda a realidade das adolescentes pelo Brasil, com impactos que podem ser sentidos por toda a vida. Mas a percepção desses impactos não é igual para todas as jovens, pois quanto maior for a desigualdade social, mais presente estará a gravidez na adolescência.

IV- GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E CONSEQUÊNCIAS

A gravidez na adolescência de meninas de baixa renda é considerada, pelos organismos internacionais, um problema social e de saúde pública, por afetar de diversas formas as jovens, seus filhos e suas famílias, nos aspectos sociais, inclusive por envolver alterações em diversos níveis tais como na saúde, no psicológico, na vida profissional, nos rearranjos familiares, dentre outros.

No Brasil há uma alta porcentagem (14% - UNFPA/2023) de adolescentes grávidas de baixa renda, e a gestação na adolescência é enfrentada com muita dificuldade, porque a gravidez significa uma rápida passagem da situação de filha para mãe (Moreira et al., 2008).

A família exerce papel influente na vida da adolescente grávida, pois cada qual, de acordo com sua história de vida, vai reviver sentimentos antigos relacionados às suas experiências de gravidez e parto. Segundo Araújo (1996, apud SILVA e SALOMÃO, 2003), Moreira, Bedran, Bissarria & Andadre (1997, apud SILVA e SALOMÃO, 2003), as adolescentes adiam a revelação o máximo possível, por temor a reação dos pais diante da revelação da gravidez, e esta varia de acordo com a classe social. Na classe de baixa renda, a gravidez mergulha na família na “vergonha” e no “escândalo”.

Muitas das vezes quando descoberta a gestação na adolescência, a adolescente apresenta certo receio de como se dará a reação de sua família, seja por religião ou estigma ainda muito comum em muitas famílias, esse receio pode fazer com que a gestante passe por um período de não aceitação. Para Lima et. al (2004) “as reações da família diante da jovem grávida tendem a ser contraditórias, sendo comum a sobreposição de sentimento de revolta, abandono e aceitação do ‘inevitável’”.

Muitas famílias não estão preparadas para receber a notícia de uma gravidez precoce no seu meio de convívio e a informação quando chega pode desestabilizar toda a família, principalmente a protagonista da história. A adolescente pode não ter um direcionamento, apoio, ou equilíbrio emocional para ser mãe, por isso é muito comum o

desenvolvimento de depressão, antes, durante e depois da gestação, a falta de autoestima e problemas afetivos entre a mãe, o bebê e a família.

As adolescentes grávidas podem desenvolver doenças que podem ser consideradas de alto risco, especialmente para meninas com menos de 15 anos de idade, que ainda não estão totalmente prontas fisicamente para uma gestação, e por isso, há uma grande chance de parto prematuro, rompimento precoce da bolsa e aborto espontâneo (UNFPA, 2023).

Também há a questão das tentativas de aborto, que segundo Bromberg (1996), os efeitos do aborto na adolescência prolongam-se até à vida adulta e trazem fantasmas referentes à culpa, identificados no medo de ter bebês defeituosos, aliados à baixa autoestima e dificuldades de se entender como mulher em sua totalidade.

Resta et. al (2010) estudaram algumas implicações relacionadas à maternidade para as adolescentes destacando

1. Implicações no cuidado do filho. Assim, percebe-se que ao analisar o contexto da maternidade foi possível identificar que as adolescentes a relacionaram com algumas perdas, dentre elas a impossibilidade de continuar estudando, o que ocasiona mudanças no estilo de vida. Interromper os estudos para algumas adolescentes significava adiar ou excluir sonhos que tinham na vida.
2. Mudanças percebidas pela adolescente após a descoberta da gravidez. Como mudanças emocionais foram referidas alegrias, aumento da sensibilidade e necessidade de maior atenção. Também foram relatadas mudanças sociais, dentre elas vínculo escolar, rotina de festa e participação em eventos sociais...oportunidades de emprego. (RESTA et al., 2010, p. 72)

A gravidez na adolescência perpassa valores e construções sociais, e destaca-se as dificuldades das jovens mães de baixa renda, as frustrações e os desafios que enfrentam em suas tentativas de retornar à escola e conseguir um emprego.

Em relação às aspirações e expectativas dessas jovens mães de baixa renda, Costa et. al (2021, p. 24)) concluíram que: “as jovens com filhos nutrem expectativas pouco otimistas em relação ao futuro e, por esta razão, conformam-se em conseguir trabalhos precários, informais e de baixa remuneração”.

Alguns descontentamentos, em decorrência da gravidez na adolescência, ocorrem diante da mudança do cotidiano, podendo trazer tristeza e insatisfação por falta

de condição de voltar a estudar e a ter um trabalho remunerado, que no entender de Costa et. al (2021, p. 27) “assemelha-se a um ciclo vicioso sustentando por um conjunto de fatos negativos, que se encadeiam em um processo sem resolução”.

A constatação do estado em que se encontram as jovens e suas famílias frente a essa nova situação, provoca muitas mudanças e questionamentos em toda a família, e acarreta novos arranjos.

Em geral, uma família pertencente às classes populares brasileiras tende a educar os filhos com vistas à obtenção de empregos para ajudar no orçamento familiar, e, ocorrendo a gravidez na adolescência, se faz necessário novos arranjos, pois a estrutura familiar sofrerá uma mudança de planos (BOCARDI, 2003).

A dinâmica familiar com a chegada do novo membro da família muda, pois a vida da adolescente e a de sua família passam por uma grande transformação. A presença de novo morador exige grande responsabilidade e disponibilidade de todos. Faz-se necessário buscar formas de suprir os gastos adicionais gerados, levando muitos membros da família a intensificar seu período de trabalho (BOCARDI, 2003).

De acordo com Bocardi (2003)

A criança transforma a vida não só da adolescente, mas também altera os hábitos de vida da família, estabelecendo uma inversão dos papéis, uma vez que a adolescente passa da posição de filha para realizar a função de mãe. A família sente todas essas mudanças decorrentes do nascimento da criança, inclusive com o aumento das despesas decorrentes do nascimento da criança, e com o aumento da preocupação de cuidar e educar uma criança e continuar cuidando da jovem mãe. (BOCARDI, 2003, p. 109)

Segundo Valila et al. (2011) a família ainda vivencia o aumento de preocupações, problemas, responsabilidades e tarefas domésticas o que acaba tomando o tempo livre dos familiares. A atenção de toda a família passa a ser direcionada para o bebê. Os familiares passam a revezar as horas de sono com a adolescente, e ficam acordados até a madrugada em decorrência dos cuidados com o neném. Algumas adolescentes precisam deixar o trabalho e ajudar mais a mãe nas tarefas de casa, ao mesmo tempo, outros membros tem necessidade de trabalhar mais para suprir as demandas dos gastos adicionais.

As adolescentes que mais engravidam, são as adolescentes com menos

condições socioeconômicas e que sofrerão mais com os impactos de uma gravidez, bem como seus familiares. No contexto de extrema desigualdade social, a inserção no mundo do trabalho é precária, bem como a renda e escolarização, afeta a trajetória das famílias, e de forma direta os cuidados com suas crianças e adolescentes.

Hoje a gravidez na adolescência em adolescentes de baixa renda é um acontecimento bastante comum, mas que precisa estar na pauta de toda a sociedade, pois gera sérias intercorrências biológicas, familiares e sociais que refletem na vida do adolescente e da sociedade como um todo.

V- CONCLUSÃO

A gravidez é um acontecimento importante na família, mas quando ocorre na adolescência, esta pode trazer um maior grau de vulnerabilidade ou risco social para mães e filhos. A própria adolescência constitui uma fase de autoconhecimento, transformação física, psicológica e social. Nesse sentido, a gravidez na adolescência acarreta mudanças físicas, emocionais, também estilo de vida, requer maturidade biológica, psicológica e socioeconômica para atender às suas necessidades.

Independente ou não da gravidez na adolescência ser planejada ou não, a gravidez precoce aumenta o risco de morte materna e infantil, bem como o risco de parto prematura, anemia, aborto espontâneo ou não, eclampsia e depressão pós-parto. A falta de conhecimento impossibilita obter métodos anticoncepcionais e informações suficientes para o planejamento reprodutivo.

O fenômeno da gravidez na adolescência em adolescentes de baixa renda no entender de Dias e Teixeira (2009), pode ser percebida, como uma forma de reconhecer a si mesma e de marcar seu próprio espaço na família, bem como de ser reconhecida nos seus ambientes de convívio,

Do ponto de vista do setor público e saúde, a gravidez na adolescência é um fenômeno com repercussões negativas, na medida em que implica riscos de saúde para mães e bebês, riscos de cuidados inadequados aos bebês e riscos de empobrecimento nas perspectivas de escolarização, trabalho e renda dos adolescentes e suas famílias de baixa renda.

O nascimento de um bebê envolverá toda a família da adolescente, e haverá a necessidade de se criar um novo padrão familiar, como o cuidado da criança, como essa família participará da sociedade interagindo com outras instituições, como a unidade de saúde e a escola.

A adolescente grávida, na maioria das vezes, continua residindo com os

pais, e este, por conseguinte, acabam assumindo de alguma forma, parcial ou totalmente, os cuidados e as responsabilidades com o novo membro (o bebê). As famílias de baixa renda frequentemente enfrentam uma série de problemas que podem resultar em consequências significativas, tais como condições de vida precárias, abuso de substâncias, violência doméstica, violência psicológica, e falta de acesso à educação, e têm um impacto significativo no bem-estar psicológico dos membros da família (SANTOS, SOUZA, DIMARÃES, e ROCHA, 2023).

Assim as discussões empreendidas neste artigo não têm caráter generalizante, contudo, acreditamos que esta investigação pode contribuir com tantos outros estudos interessados em conhecer as dinâmicas familiares organizadas em função dos novos arranjos familiares em decorrência da gravidez na adolescência em adolescentes de baixa renda.

BIBLIOGRAFIA

AGOSTINI, Sonia Maria Motink. **Adolescência: informação sobre anticoncepção**. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/224477?locale-attribute=en>. Acesso em 04 abr. 2024.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil 1988.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. 2022. Disponível em: <https://gente.globo.com/quem-sao-e-como-vivem-as-familias-brasileiras-2/>. Acesso em 15 mar. 2024.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Marco Teórico e referencial: Saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007. 56p.

_____. Ministério da Saúde. **Saúde faz levantamento inédito para acompanhar gravidez em escolas**. 2019. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45247-saude-faz-levantamento-inedito-para-acompanhar-gravidez-em-escolares>. Acesso em: 26 jan. 2023.

_____. Ministério da Saúde. **Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos**. Nascidos Vivos – 2022. Disponível em: <https://opendatasus.saude.gov.br/dataset/sistema-de-informacao-sobre-nascidos-vivos-sinasc>. Acesso em 28 jun. 2024.

_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, ano 128, n. 135, 16 jul. 1990. Seção 1, p. 13563-13577. Retificada no Diário, 27 set. 1990, p. 18551. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao>. Acesso em: 26 jan.2023.

_____. Relatório sobre o Estado da População Mundial 2022. Vendo o invisível: em defesa da ação na negligenciada crise da gravidez não intencional. 160p. **UNFPA**, 2022.

Disponível em: <https://brasil.unfpa.org/pt-br/news/brasil-ainda-apresenta-dados-elevados-de-gravidez-e-maternidade-na-adolescencia#:~:text=Entre%20todas%20as%20mulheres%20pardas,%2C2%25%20era m%20m%C3%A3es%20adolescentes>. Acesso em: de jan. 2023.

BRÁS, Cláudia; PEREIRA, Anabela. Promoção da Saúde de Grávidas Adolescentes: Estudo prévio de identificação de necessidades. **Millenium**, 40(16), 69-81. Disponível em: <https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/1218/1/Promo%c3%a7%c3%a3o%20da%20Sa%c3%bade%20de%20Gr%c3%a1vida.pdf>. Acesso em 13 jun. 2024.

BOZA, Amanda; FERREIRA, Claudia Maria; BARBOZA, Sergio de Goes. Políticas sociais. In: **Cultura, família e sociedade**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. p.151-165.

BROMBERG, Maria Helena Pereira Franco. Aborto na adolescência: um duplo luto. In R.M. Macedo, (org.), **Família e comunidade**. Coletâneas da Associação Nacional de Pesquisa, 1(2), 51-85. 1996. Disponível em: <https://www.anpepp.org.br/acervo/Colets/v01n02a05.pdf>. Acesso em 15 mar. 2024.

COSTA, Joana; POLOPONSKY, Katcha; ROCHA, Enid; RUSSO, Felipe; e SILVA, Cláudia. Gravidez na Adolescência: Conciliação de Vida Familiar, Estudo e Trabalho dos Jovens em Recife. Rio de Janeiro, **IPEA**, 2021. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/211217_td_2717.pdf. Acesso em 03 mar. 2024.

DADOORIAN, Diana. Gravidez na Adolescência: um Novo Olhar. **Psicologia Ciência e Profissão**, 2003, 21 (3), 84-91. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/QqfLfKhS9RZ9GWTZXCSmPNC/?lang=pt>. Acesso em 02 fev. 2024.

DIAS, Maria Berenice. **A mulher no Código Civil**. 2009. Disponível em: <https://berenicedias.com.br/a-mulher-no-codigo-civil/>. Acesso em 06 jun. 2024.

DIAS, Ana Cristina Garcia; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo. **Paidéia**. Ribeiro Preto, 20(45),

abril, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/nFLk3nXXXsjWvSBndk6W5Ff/?lang=pt>. Acesso em 13 jun. 2024.

DINIZ, Eva; KOLLER, Sílvia Helena. Fatores associados à gravidez em adolescentes brasileiros de baixa renda. **Palidéia**: Ribeirão Preto, 22 (53), Dez 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/sPz3kskkJNQSRYZpThVvqBf/#ModalTutors>. Acesso em 30 jun. 2024.

FONSECA, Cláudia. Concepções de família e práticas de intervenção: contribuição antropológica. Artigos. **Saúde soc.** 14 (3). Ago 2005. Disponível em : <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/WGpvJkq4tm4wmZJbGcMkHGg/?lang=pt>. Acesso em 30 jun. 2024.

FORTE, Maria José Paro. O adolescente e a família. **Pediatria**. São Paulo, v.18, n.3, p.157-161, 1996. Disponível em: <http://pediatriasaopaulo.usp.br/upload/pdf/238.pdf>. Acesso em 06 jun. 2024.

JOFFILY, Suzana Meira Lopes de Castro. **Adolescentes Mães em Contextos de Abrigamento**: Significando a Gravidez e a Maternidade. Brasília: Editora Juruá, 2010. GUADERER, E. Christian. **Sexo e sexualidade da criança e do adolescente**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

LÔBO, Paulo. **Direito civil: Famílias**. 4ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MACHADO, Lia Zanotta. Especialistas sugerem debate sobre sexualidade para reduzir gravidez na adolescência. Notícias – Portal da **Câmara dos Deputados**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/529663-especialistas-sugerem-debate-sobre-sexualidade-para-reduzir-gravidez-na-adolescencia/>. Acesso em 23 jan. 2023

MALDONADO, Maria Tereza. Psicologia da Gravidez. 2002. Rio de Janeiro: Saraiva. Disponível em: <https://mtmaldonado.com.br/wp-content/uploads/2022/10/ebook-mtm-pt.pdf>. Acesso em 08 jun. 2024.

MANFRÉ, C.C; QUEIRÓZ, S.G; MATTHES, A.C.S. Considerações atuais sobre gravidez na adolescência. **R. Bras. Med. Fam. E Comu.** Florianópolis, v. 5, n. 17, p. 48-54, jan./dez. 2010. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/205>. Acesso

em: 2 fev. 2023.

MENEZES, Maiá; FERRAZ, Ricardo. Ala conservadora do Congresso tenta barrar volta da educação sexual. *Veja*, Brasil. 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/ala-conservadora-do-congresso-tenta-barrar-volta-da-educacao-sexual>. Acesso em: 3 mar. 2023.

MIURA, Paula Orchiucci; TARDIVO, Leila Salomão de La Plata; BARRIENTOS, Dora Mariela Salcedo. O desemparo vivenciado por mães adolescentes e adolescentes grávidas acolhidas institucionalmente. *Temas Livres. Ciênc. saúde* colet. 23 (5), Maio 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/QdH37KmJzpTBYyTTwRnP5Ps/>. Acesso em 01 jul. 2024.

MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. **Fome e desnutrição**. Estudos av. 17 (48), Ago 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/PcfwPvTcqCt7P4vS8KFZYjQ>. Acesso em 30 jun. 2024.

MOREAU, Caroline et. al. 2019. “Measuring gender norms about relationships in early adolescence: Results from the global early adolescent study.” *SSM – Population Health* 7. Disponível em: https://knowledgecommons.popcouncil.org/departments_sbsr-rh/1808/. Acesso em: 08 jun. 2024.

NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUTIAN, S. M. (org.) **Família Brasileira: a base de tudo**. 5 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2002. P. 26-45ª. Disponível em: https://pt.scribd.com/archive/plans?doc=632951737&doc_id=632951737&metadata=%7B%22context%22%3A%22archive_view_restricted%22%2C%22page%22%3A%22read%22%2C%22action%22%3A%22download%22%2C%22logged_in%22%3Atrue%2C%22platform%22%3A%22web%22%7D. Acesso em 29 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Saúde do adolescente. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/saude-do-adolescente>. Acesso em 28 jun. 2024.

PAULA, Elaine Ribeiro; BITTAR, Cléria Maria; SILVA, Marta Angélica Iossi; CANO, Maria Aparecida Tedeschi. A Paternidade na Adolescência e seu significado entre os jovens universitários que a vivenciaram. **Investigação**, 2011; 11:5-12. Disponível em: <http://publicacoes.unifran.br>. Acesso em 12 fev. 2024.

ETRINI, Giancarlo; ALCÂNTARA, Miriã Alves Ramos de; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos/ REIS, LÍlian Perdigão Caixêta; FONSECA, Ricardo Sampaio da Silva; e DIAS, Marcelo Couto. Família, capital humano e pobreza: entre estratégias de sobrevivência e projetos de vida. *Memorandum*, 22, 165-186. Salvador: Universidade Católica do Salvador. 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/V%C3%A2nia/Downloads/vasconcelosroberta,+Gerente+da+revista,+petrinialmorefodi01%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/V%C3%A2nia/Downloads/vasconcelosroberta,+Gerente+da+revista,+petrinialmorefodi01%20(2).pdf). Acesso em 29 jun. 2024.

PINTO, Sérgio Maurício Costa da Silva. Influência da Pobreza na Estrutura Familiar. **VIII SEMOC**. Salvador: Universidade Católica de Salvador, 2005. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/2365/1/Influ%C3%Aancia%20da%20pobreza%20na%20estrutura%20familiar.pdf>. Acesso em 29 jun. 2024.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antonio dos. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicologia em Estudo**, Maringá: Universidade Estadual de Maringá – UEM, Departamento de Psicologia, v. 12, n.2, p.247-256, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v12n2/v12n2a05>. Acesso em: 22 jan.2023.

RESTA, Gindri Dartelli; MARQUI, Alessandra Bernadete Trovó de; COLOMÉ, Isabel Cristina dos Santos; JAHN, Alice do Carmo; ELSOEN, Cristiane; HESLER, Lilian Zielke; e ZANON, Tami. Maternidade na Adolescência: Significado e Implicações. **Revista Mineira de Enfermagem**; 14(1): 68-74, jan./mar., 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/112139540/Maternidade_na_adolesc%C3%Aancia_significado_e_implica%C3%A7%C3%B5es?email_work_card=title. Acesso em 10 jun. 2024.

RIBEIRO, Márcia Aparecida; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho; REIS, Jair Naves dos. Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca –

DNSP, v. 20, n. 1, p. 456-464, mar./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n2/13.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2023.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?** 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 244-. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/600948/mod_resource/content/1/livro_sonia_rocha.pdf. Acesso em 30 jun. 2024.

SAITO, Maria Ignez; Leal, Marta Miranda. Educação sexual na escola. **Pediatria**, São Paulo, v.22, n.1, p.44-48. 2000. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-279804>. Acesso em: 2 fev. 2023.

SANFORD, John A. **Os parceiros invisíveis** – cap. 1 (pp 9-43). São Paulo: Paulus; 2004. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/qdownload/john-a-sanford-os-parceiros-invisiveis-cap-1-pp-9-43-pdf-free.html>. Acesso em 01 jul. 2024.

SANTOS, Luzilene Pereira dos; SOUZA, Rodrigo Freire de; DIMARÃES, Carla Cristina de Sousa; e ROCHA, Wollace Scantbelruy. A Influência da Baixa Renda no Desenvolvimento Psicossocial das Famílias de Comunidades Populares Brasileiras. **Saúde Coletiva**, volume 27 – edição 123/JUN 2023/ 29/06/2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/a-influencia-da-baixa-renda-no-desenvolvimento-psicossocial-das-familias-de-comunidades-populares-brasileiras/#:~:text=Essas%20consequ%C3%Aancias%20podem%20incluir%20sentimento,desenvolver%20problemas%20comportamentais%2C%20como%20agressividade>. Acesso em: 01 jun. 2024.

SARTI, Cynthia Andersen. Família enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas. & VITALE, Maria Amália Faller (org.) **Família: rede, laços e políticas públicas**. São Paulo: IEE – PUC-SP, 2003. P. 31-46. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151138/acosta_anarojas_vitale_mariaamalia_faller_familiasenredadas.pdf. Acesso em 29 jun. 2024.

_____. **A Família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SILVA, Edna Lúcia Coutinho da. Gravidez e dinâmica familiar na perspectiva de adolescentes. **Bol. Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo, v. 34, n. 86, p. 118-138, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2014000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 fev. 2023.

SILVA, Deusivania Vieira da; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro. A maternidade na perspectiva de mães adolescentes e avós maternas dos bebês. **Estudos de Psicologia**, 2003, 8(1), 135-145. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/XR5PYQLCzQdHZcgkSFjgLPM/abstract/?lang=pt>. Acesso em 13 mar. 2024.

SILVA, Edna Lúcia Coutinho da. Gravidez e dinâmica familiar na perspectiva de adolescentes. **Bol. Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo, v. 34, n. 86, p. 118-138, 2014. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2014000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 fev. 2023.

SILVA, João Luiz de Carvalho Pinto; e PINOTTI, José Aristodermo. A saúde reprodutiva da adolescente. **Família**, 15(6): 487-91, jun. 1987. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-61253> . Acesso em 18 mar. 2024.

SILVA, Lúcia; TONETE, Vera Lúcia Pamplona. **A gravidez na adolescência sob a perspectiva dos familiares**: compartilhando projetos de vida e cuidado. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/M7QNZxcphQyCWWX6QPp3JWL/>. Acesso em 08 jun. 2024.

SOUSA, Renta Floriano de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. *Revista de estudos Femininos* 25 (1). Jan-Apr 107. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/6pdm53sryMYcjrFQr9HNCnS/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 05 fev. 2023.

SOUZA, André Portela. Por uma política de metas de redução da pobreza. São Paulo: **Perspec.** 18 (4), Dez 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/xsjDMgJ9x8X84FnvYxdYwjb/?lang=pt>. Acesso em 30 jun. 2024.

UN CCPR (United Nations Committee on Civil and Political Rights), 2019.

UN DESA (United Nations Department of Economic and Social Affairs). Population Division, 2022. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/pd/data/family-planning-indicators>. Acesso em: 08 jun. 2024.

UNFPA – (Fundo de População das Nações Unidas), 2022. Maternidade na infância: a história não contada. Disponível em: <https://www.unfpa.org/publications/motherhood-childhood-untold-story>. Acesso em 08 jun. 2024.

UNFPA, 2021. My Body is My Own. Claiming The Right to Autonomy na Self-Determination. State of World Population 2021. Disponível em: <https://www.unfpa.org/sowp-2021>. Acesso em: 25 mar. 2023.

UNFPA, 2022. Relatório sobre o Estado da População Mundial 2022: Vendo o Invisível. Disponível em: <https://guinea-bissau.unfpa.org/pt/publications/relat%C3%B3rio-sobre-o-estado-da-popula%C3%A7%C3%A3o-mundial-2022-vendo-o-invis%C3%ADvel>. Acesso em 03 fev.2023.

VALILA, Michele Guerreiro; MORAES, Nádia Alessandra; DALBELLO, Natália Nasca; VIEIRA, Sheila de Souza; BERETTA, Maria Isabel Ruiz e; DUPAS, Giselle. Gravidez na adolescência: Conhecendo a experiência da Família. Revista Mineira de Enfermagem - **REME**, v.15, n.4, p.556-566, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Edivane-Pedrolo/publication/317455566_Extravasation_of_antineoplastic_drugs_assessment_of_the_nursing_team_knowledge/links/59fb561eaca272347a1d6576/Extravasation-of-antineoplastic-drugs-assessment-of-the-nursing-team-knowledge.pdf. Acesso em 12 jun. 2024.

ZAGURY, Tânia. **Encurtando a Adolescência**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.